

Reflexões Sobre Língua e Libras a Partir da Inclusão e do Modelo Escolar

CELESTINO, Joseilma Ramalho [\[1\]](#)

CELESTINO, Joseilma Ramalho. **Reflexões Sobre Língua e Libras a Partir da Inclusão e do Modelo Escolar**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 01, Ed. 01, Vol. 09, pp. 59-71 Outubro / Novembro de 2016. ISSN:2448-0959

RESUMO

O presente artigo, intitulado REFLEXÕES SOBRE LÍNGUA E LIBRAS A PARTIR DA INCLUSÃO E DO MODELO ESCOLAR, trata-se de um olhar reflexivo acerca do modelo de escola e inclusão que temos. Para tanto, faremos uma análise sobre a língua e a LIBRAS, destacando nesse processo o aluno surdo e suas reais necessidades de comunicação. Neste caso, destaca-se as lutas e conquistas já traçadas e concluídas e as que ainda precisam ser conquistadas no que se refere à inclusão de pessoas surdas, mais especificamente do aluno surdo no contexto escolar. É necessário que haja empenho de toda a sociedade, não apenas de uma parcela desta, para a valorização e o reconhecimento do potencial da pessoa surda, porque dificuldades existem, mas não podem imprimir e impedir o desenvolvimento destes, tendo em vista que está na hora da mudança de postura, de bom senso, atitudes justas e necessárias. Dessa forma, qual o modelo de escola que temos? Como pensamos a inclusão a partir deste contexto? Assim, a partindo dessas outras questões pensamos nosso artigo e refletiremos sobre as mesmas ao longo deste.

Palavras Chave: Língua e LIBRAS; Inclusão; Modelo escolar.

Introdução

Fomos percebendo ao longo de nossa prática a necessidade de refletir acerca do modelo escolar e da forma engessada como o mesmo foi se constituindo ao longo dos tempos. Para tanto, observamos às questões atreladas a inclusão. Voltando nosso foco para o aluno surdo, a língua e LIBRAS. Vale ressaltar a forma como a sociedade concebe a inclusão, confundindo acessibilidade com esta. Além de não perceber o aluno surdo como um ser com potenciais.

Língua e libras: um assunto a ser pensado

Nas últimas décadas, temos observado as mais diversas transformações econômicas, sociais, culturais e tecnologias, as quais vêm mudando radicalmente as relações sociais. Muitas dessas transformações foram assinaladas a partir da rede mundial de computadores. Esta a cada dia interfere nas formas de comunicação dos sujeitos, criando e recriando modelos de comunicação, de interação e participação nas diversas comunidades sociais.

Como fica a língua nesse processo? No instante em que os sujeitos e suas formas de comunicação modificam, a língua acompanha esse processo, uma vez que estamos a pensar a mesma, como algo dinâmico, a qual seu significado acontece a partir das relações entre os sujeitos. Neste caso, observa-se que as novas demandas, oriundas do processo de comunicação, vem gerando novas formas de linguagens

e comunicação.

Essas demandas conferem a leitura e a escrita a importância nunca antes alcançadas, já que a comunicação passa a ser intensa e a escrita é dinâmica. Nesse ínterim, é preciso superar as barreiras do engessamento, a qual leitura e escrita são tidos atos mecânicos. Ler por ler e se escreve por escrever, respondendo a uma imposição dita pelo sistema.

Assim, toda vez que falamos ou pensamos a palavra língua, nos vem em mente à conversação, o diálogo, a comunicação etc. Não pensamos a língua como algo mecânico, ou inerte no tempo e no espaço, a pensamos sempre em movimento, em plena interação. Dessa forma, para melhor definirmos o conceito de língua, fomos no pai da linguística, Suassure (2006), o qual assinala-nos que a língua tem seus caracteres, peculiares. Por isso,

É um objeto bem definido no conjunto heteróclito dos fatos da linguagem. Pode-se localizá-la na porção determinada do circuito em que uma imagem auditiva vem associar-se a um conceito. Ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude de uma espécie de contato estabelecido entre os membros da comunidade, por outro lado, o indivíduo tem necessidade de uma aprendizagem para conhecer-lhe o funcionamento; somente pouco a pouco a criança a assimila. A língua é uma coisa de tal modo distinta que um homem privado do uso da fala conserva a língua, contanto que compreenda os signos vocais que ouve. (SUASSURE, 2006, p.22)

Aqui destaca-se a língua como a parte social da linguagem, ou seja, com ela os seres são inseridos nos mais diversos contextos sociais, e por ela, passam a fazer parte de uma comunidade linguística, interagindo de forma mais profícua nos processos comunicativos pré-estabelecidos.

Nessa mesma linha de raciocínio, destaca-se o seguinte:

A língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente. Não falamos mais as línguas mortas, mas podemos muito bem assimilar-lhes o organismo linguístico. Não só pode a ciência da língua prescindir de outros elementos da linguagem como só se torna possível quando tais elementos não estão misturados. (SUASSURE, 2006, p.23)

Ou seja, a língua escrita se caracteriza não tanto pelo fato de ser efetivamente escrita, mas pela intenção e interação que presidiu a sua produção. Neste caso, destaca-se a propriedade que ela tem de centralizar o pensamento no tempo, conferindo-lhe a possibilidade de um presente indefinidamente renovável, modifica profundamente a atitude do usuário falante com relação à própria expressão. Assim, só conseguimos estudá-la por ser distinta da fala, uma vez que traços linguísticos podem ser observados e a partir daí analisados.

Por outro lado:

Enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo não igualmente psíquicos. (SUASSURE, 2006, p.23)

É preciso entender nesse caso da imagem acústica que cada fonema vai sendo pronunciado por vez a fim

de dar sentido a essa questão da imagem acústica. Dessa forma, ela é a combinação da sequência fônica temporal linear, dando sentido a relação sintagmática dos termos. Aqui, a homogeneidade da língua é dada por seu signo e neste contido o sentido e a imagem acústica. Dando sentido ao signo em si. Assim:

A língua, não menos que a fala, é um objeto de natureza concreta, o que oferece grande vantagem para o seu estudo. Os signos linguísticos, embora sendo essencialmente psíquicos, não são abstrações; as associações, ratificadas pelo consentimento coletivo e cujo conjunto constitui a língua, são realidades que têm sua sede no cérebro. Além disso, os signos da língua são, por assim dizer, tangíveis; a escrita pode fixá-los em imagens convencionais, ao passo que seriam impossíveis fotografar em todos os seus pormenores os atos da fala; a formação duma palavra, por pequena que seja, representa uma infinidade de movimentos musculares extremamente difíceis de distinguir e representar. Na língua, ao contrário, não existe senão a imagem acústica e esta pode traduzir-se numa imagem visual constante. Pois se se faz abstração dessa infinidade de movimentos necessários para realizá-la na fala, cada imagem acústica não passa da soma dum número limitado de elementos ou fonemas, suscetíveis, por sua vez, de serem evocadas por números correspondente de signos na escrita. É esta possibilidade de fixar as coisas relativas à língua que faz com que um dicionário e uma gramática possam representá-la fielmente, sendo ela o depósito das imagens acústicas, e a escrita a forma tangível dessas imagens. (SUASSURE, 2006, p.23)

Além de um objeto de natureza concreta a qual permite ser estudada, tais características nos levam a perceber o quão é rico o estudo da língua e a importância que o mesmo tem para a linguística e, por conseguinte, o próprio estudo da LIBRAS.

Para Terra (1997) a língua é um bem, uma vez que, ela é útil e vantajosa para o homem, ela é nosso principal veículo de comunicação e sem a qual não conseguimos viver, não há como se comunicar. Daí ser necessária à nossa existência.

Ele ainda afirma que:

A língua é um aspecto da linguagem. Trata-se de um sistema de natureza gramatical, pertencente a um grupo de indivíduos, formado por um conjunto de sinais (as palavras) e por um conjunto de regras para a combinação destes. É, portanto, uma instituição social de caráter abstrato, exterior aos indivíduos que a utilizam, que somente se concretiza através da fala, que é um ato individual de vontade e inteligência. (TERRA, 1997, p.13)

Dessa forma, percebe-se que Terra (1997) comunga com a ideia de Suassure (2006) no que se refere às questões sociais da língua, ou seja, inerente aos sujeitos e as suas formas de comunicação e interação.

Um olhar sobre a LIBRAS

Com as discussões acerca da inclusão do aluno surdo no sistema de ensino e em salas de aula do ensino regular. Envolve muito mais que leis e adaptações físicas, requer o engajamento da comunidade e da sociedade como um todo. O primeiro passo, para isso, já vem acontecendo, é o ensino de libras, este é tido como um caminho necessário para a efetivação da política pública de inclusão, mais especificamente da pessoa surda no contexto escolar. Vale ressaltar que essa necessidade não é só pelo viés da inclusão em si, mas por se reconhecer a língua de sinais como uma língua viva, produto da necessidade de uma

comunidade de falantes e da interação das pessoas que se comunicam. No entanto, destaca-se essa linguagem como um elemento essencial para o fortalecimento da comunicação, interação, cultura e identidade Surda no Brasil. Neste caso, a escola não pode ignorar no processo de ensino aprendizagem.

A LIBRAS é respaldada a partir da lei Nº 10.436, este foi um grande marco histórico, tendo em vista as conquistas sociais pertinentes à comunidade surda. Vale destacar que:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, *on-line*)

Não dá para negar que a libras possui um sistema linguístico próprio o qual transmite ideias, gera comunicação e interação social entre os sujeitos. Nesse caso, se observarmos o sujeito surdo, como um todo, e o reconhecemos como ser em potencial, capaz de aprender e desenvolver-se cognitivamente, estaremos modificando nossa forma de olhar e acolher o outro. Cremos que a inclusão para o meio educação já é um grande passo, na inserção social dos sujeitos surdos, é mister que a sociedade desperte a tal realidade, pois incluir não se dá apenas no espaço escolar, este é o primeiro passo para outros tantos, ou seja, é preciso incluir das mais simples as mais complexas formas que envolve relações sociais e sujeitos.

Alguns autores, dentre os quais Quadros e Perlin (2007), sinalizam a importância de reconhecer a comunidade surda e sua cultura, partindo do pressuposto da comunidade surda, seu envolvimento e identidades.

Neste caso:

O povo surdo tem a cultura surda, que é representada pelo seu mundo visual. No entanto, a sociedade em geral não a conhece e por isso nada deve ser dito sobre ela. Para representação social precisamos nos submeter à cultura do colonizador, neste caso a cultura ouvinte, na forma de como ela é. Segundo a sociedade colonizadora, nascemos num mundo que já existia antes de deparar com a existência de povo surdo, e deste modo, devemos nos adaptar a este mundo e aprender com ele. Esse mundo colonizador sobreviverá com a nossa estadia, sendo só permitido ao povo surdo o esforço na tentativa de se igualar aos colonizadores, isto é, aos sujeitos ouvintes, procurando agradar a sociedade usando as identidades mascaradas. (QUADROS E PERLIN, 2007, p.31)

Vale ressaltar que os autores chamam a atenção para o fato de que as relações sociais e culturais já estão preestabelecidas, e a adaptação a esse mundo requer um grande esforço por parte dos sujeitos surdos, uma vez que nesse turbilhão de comunicação, línguas, de fala, seu atuar é mais exigente, uma vez que remete ao entender a sociedade e ao ser entendido por ela.

Vale ressaltar ainda que postos à margem das questões sociais, culturais, e educacionais os surdos muitas vezes não são vistos pela sociedade por suas potencialidades, e suas capacidades como um todo, mas pelas limitações impostas por sua condição física. Mas, qual oportunidade vem sendo dada ao surdo? Que formas de inclusões sociais, além da escolar, vem acontecendo nos últimos anos? A realidade revela-nos

que, o sujeito surdo, é definido como deficiente, e por ter uma condição física diferente da dita normal, é considerado incapaz. É preciso quebrar tais barreiras, recebendo e acolhendo a “diferença”, os indivíduos com necessidades especiais. O acolher se faz necessário, abrindo a mente para excluir o preconceito.

Dessa forma, observa-se que todas as lutas e conquistas já traçadas e concluídas e as que ainda precisam ser conquistadas é necessário que haja empenho de toda a sociedade, não apenas de uma parcela desta, para a valorização e o reconhecimento possa vir a público, porque dificuldades existem, mas não podem imprimir e impedir o desenvolvimento, tendo em vista que está na hora da mudança de postura, de bom senso, atitudes justas e necessárias. Com mobilizações e atitudes assim em nosso país irá fazer valer a pena termos orgulho de ser brasileiros, com uma sociedade mais igualitária e solidária, atendida as reais necessidades de seus sujeitos.

Saídas para uma inclusão real

Muito se tem discutido nos últimos anos a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino. No entanto, falar de inclusão não é um assunto fácil, pois envolve não só os sujeitos, que pelo sistema são excluídos, mas suas famílias e a sociedade como um todo. Mesmo assim, é de suma importância trazer a pauta das discussões tal assunto.

Vale ressaltar que:

No que se refere à educação inclusiva (...), ela pode se contrapor à educação segregadora, presente na atualidade como educação diferenciada, na qual alunos com deficiências são separados dos demais alunos. Isso ocorre quer em instituições especiais, quer em classes especiais. Claro, há ocasiões que a separação é inevitável: alguém, por exemplo, pode estar impedido de frequentar a sala de aula regular, por motivos de saúde ou legais, mas isso não deveria justificar uma prática regular de segregação.(...) A marginalização e a segregação podem ocorrer mesmo quando o espaço é compartilhado entre os alunos com e sem deficiência; citamos antes a proposta de uma educação especial móvel, na qual alunos com deficiência estudam em sala de aula regular e têm o acompanhamento de um professor especializado direcionado basicamente a eles. A nosso ver, essa proposta, se posta em prática, pode permitir criar uma barreira simbólica que segrega os alunos e pode contribuir também para que esses sejam marginalizados. (MIRANDA E FILHO, 2012, p. 49)

Creemos que as discussões acerca da inclusão, acontecem não apenas pelo dispor de uma vaga na sala de aula e colocar o aluno na escola sem dá condições necessárias de permanência e assistência educacional, mas sim a partir do suporte pedagógico que lhe é dado, além de um ensino de qualidade que o ajude a desenvolver seu processo cognitivo e neste espaço permanecer.

Dentro desse processo de inclusão nos deparamos com os termos marginalização e segregação, ou seja, termos que estão associados à exclusão dos sujeitos no que se refere ao convívio e contatos sociais. Os mesmos autores Miranda e Filho (2012), refletindo sobre o assunto, destacam que:

Apesar das diferenças entre os dois termos – marginalização e segregação –, um remete ao outro: a marginalização implica por alguém à parte e, assim, apartado, segregado; a segregação ao separar, marginaliza. Cabe também ressaltar que se não é possível que alguém seja posto para fora ou impedido de fazer parte da sociedade e da cultura, o mesmo não ocorre nas instituições e nos grupos, nos quais essa

segregação não é somente simbólica, mas também real. (...) Com a educação inclusiva, o combate à segregação entre alunos diferenciados entre si é efetivo, ainda que comporte resistências; a convivência entre alunos com características diversas não significa, no entanto, a ausência de preconceito e suas formas de manifestação. Se nossa sociedade gera, a partir de sua própria base, indivíduos preconceituosos, sem que ela se modifique estruturalmente e se torne justa e igualitária, não há como supor que as instituições deixem de fomentar o preconceito; entre essas instituições, a escola. Anteriormente, neste texto, dissemos que nossa sociedade é contraditória; na educação inclusiva essa contradição pode se apresentar na existência concomitante de uma tendência a fomentar o combate à marginalização e à segregação e por outra que reproduza a desigualdade em que torna a diferença. (MIRANDA e FILHO, 2012, p.50)

É preciso assinalar que as pautas das discussões sobre inclusão estão voltadas para a realidade escolar, tendo em vista que a escola ocupa espaço importante no processo de educação e socialização dos sujeitos. Ela representa o espaço privilegiado para as discussões, reflexões e debates na construção de uma sociedade pautada nos direitos humanos e na igualdade social. Pois, a escola que se define como diversa e inclusiva, que trabalha para que esta situação aconteça de fato, em especial para as pessoas com deficiência, é a que abraça a diferença, favorecendo condições de aprendizagem a todos. E todos nesse processo se sentem sujeitos ativos.

Creemos que não basta apenas criar um espaço, ou preparar o mesmo para receber o aluno com eficiência. É necessário mais que uma rampa de acesso, tendo em vista que os mesmos são voltados para a acessibilidade e não para a inclusão. Pois, a comunidade como um todo deve ser inserida nesse processo, desde a adequação do currículo escolar, as práticas pedagógicas desenvolvidas. Assim, a escola não se prepara apenas para uma necessidade especial, mas sim para situações pontuais, diversas, plurais e múltiplas, para que se atenda eficientemente a proposta da igualdade de oportunidade para todos. Isso implica na oferta de um ambiente de equidade para que cada sujeito seja atendido e acolhido em suas necessidades especiais e específicas.

Pensando o modelo escolar

O modelo escolar vigente em nosso país, não tem respondido as necessidades básicas de nossos alunos nos últimos anos. Fechada em si mesma, pauta sua existência num currículo engessado o qual prioriza, na maioria das vezes, conteúdos dissociados do contexto e da necessidade do aluno, respondendo apenas a um sistema capitalista imposto, o qual prioriza os resultados numéricos e não o conhecimento, esquecendo-se dessa forma dos sujeitos e de seu processo ensino-aprendizagem.

Esse modelo de escola vem se perpetuando ao longo das décadas. Mosé (2013) refletindo sobre a escola na contemporaneidade afirma-nos que:

A escola foi ainda é, em nossas vidas, um dos primeiros momentos em que esse mecanismo de exclusão é aplicado. Primeiro porque a escola é uma instituição isolada da comunidade, da cidade. Segundo porque o sistema de reprovação é um dos primeiros processos de exclusão que a tinge as crianças, com enorme prejuízo para seu desenvolvimento: a escola não se responsabiliza pelo desempenho insuficiente do aluno; ao contrário, quando reprova transfere para o aluno todo o fracasso (Mosé, 2013, p.44)

Concordamos com a autora quando esta afirma que a escola é uma instituição isolada da comunidade. As

parcerias que deveriam ser firmadas não acontecem. A escola está na comunidade, mas na condição de corpo estranho, não se encontra nesse espaço, um dos exemplos visíveis são os muros e as grades criados, estes não só separam os sujeitos, mas os distancia, faz com que a comunidade não se sinta co-responsável por aquele ambiente. Como a escola que é criada para o povo, não permite que o povo a domine e adentre em seus espaços? Não há como pensar a escola independentemente da comunidade a qual se insere, pois o que acontece na escola é reflexo da sociedade. Quanto maior o distanciamento de uma, maior o fracasso da outra.

Por mais que os tempos tenham mudado, a estrutura do ensino não vem acompanhando tal processo, seu ritmo é diferente. Mosé (2013), neste caso, ressalta que:

A escola precisa entender, enfim, que todo conhecimento, toda afirmação, está sujeito a mudanças, que todo saber é provisório. Essa instabilidade no domínio do conhecimento, que antes era marcado por um conjunto de verdades, nos estimula a uma mudança nas relações de poder na escola: se todo saber é provisório, professores e alunos, juntos, devem se dedicar à produção de conhecimento, em vez de relação hierarquizada, na qual o professor detém um corpo de saberes que devem ser transmitidos aos alunos. (Mosé, 2013, p.55)

Creemos que essa produção do conhecimento destacada pela autora se refere por exemplo, ao uso das tecnologias da informação e comunicação na sala de aula, pois a forma como estas vem acontecendo a partir da rede mundial de computadores e das redes sociais, não podemos passar despercebidos na sala de aula, percebe-se que estamos muito aquém do que se espera enquanto modelo escolar. Continuamos a usar o quadro e o giz como únicas ferramentas, para mediar o conhecimento, enquanto fora dos muros da escola o aluno usa o computador, o celular, o tablet, dentre outros. Concordamos assim, com Moran (2000), ao afirmar que:

Ensinar utilizando a internet exige uma forte dose de atenção do professor. A navegação precisa de bom senso, gosto estético e intuição. Bom senso para não se deter, diante de tantas possibilidades, em todas elas, sabendo selecionar, em rápidas comparações, as mais importantes. A intuição é um radar que vamos desenvolvendo à medida que “clicamos” o *mause* nos links que nos levarão mais perto do que procuramos. A intuição nos leva a aprender por tentativas, acerto e erros. (MORAN, 2000, p.52)

E mais:

A internet é uma mídia que facilita a motivação dos alunos, pela novidade e pelas possibilidades inesgotáveis de pesquisa que oferecem. Essa motivação aumenta se o professor cria um clima de confiança, de abertura, de cordialidade com os alunos. Mais que a tecnologia, o que facilita o processo de ensino-aprendizagem é a capacidade de comunicação autêntica do professor de estabelecer relações de confiança com os seus alunos pelo equilíbrio, pela competência e pela simpatia com quem atua. (...) A internet pode ajudar a desenvolver a intuição, a flexibilidade mental, a adaptação a ritmos diferentes. (MORAN, 2000, p.53)

Tudo isso nos faz perceber que a escola é uma das instituições humanas, cuja função é de preparar os sujeitos para viver em sociedade de forma mais ativa, uma vez que nela são transmitidos valores culturais, morais e sociais. Esse espaço dá aos indivíduos autonomia quanto às relações sociais, os faz sujeitos da interação.

A escola tem a função de mediação e acaba assumindo o papel de protetora do indivíduo contra a sociedade ao invés de prepará-lo para tal. Ela ergue enormes barreiras para evitar que o cotidiano da sociedade penetre no seu ambiente. Assim, tendo a função de tornar o indivíduo, em um transmissor de conhecimentos, para que as pessoas possam cumprir funções sociais, importantes na sociedade, onde mais conhecimentos pode gerar sucesso pessoal e profissional. A vida escolar deve estar articulada com a vida social.

Daí a necessidade ser apresentada na escola o cotidiano da vida e suas labutas, para ampliar o conhecimento que se tem do mundo, e possibilitar uma vida melhor. Se a escola está inserida em um contexto o qual permite pensar, refletir e agir, ela aumenta a possibilidade de reflexão, e compreensão sobre a realidade que nos cerca, além de permitir a transformação da mesma.

É preciso quebrar a ideia de que a escola está a serviço do mercado de trabalho, que se preocupa em preparar os sujeitos apenas como mão-de-obra, como meras máquinas que não pensa. A escola precisa ser transformada, e reafirmar seu papel na sociedade, onde articulada com a vida responde as necessidades dos alunos, acolhendo-os como são, em suas deficiências, mas provando que nesse espaço todos são iguais.

Considerações Finais

Creemos que as discussões que envolvem o aluno surdo, a libras e o modelo de escola, não findam. A cada nova reflexão novos contextos e realidades surgem, revelando apenas que muito temos a fazer. Ao longo de nossa reflexão neste artigo, percebemos o quanto é difícil situar o aluno surdo, bem como a libras no contexto de uma escola inclusiva, pois se olharmos para o modelo de escola vigente, perceberemos que a mesma foi preparada para o aluno “sem deficiências”, o qual responde ativamente as atividades nestas desenvolvidas.

Trazer ao debate as questões da língua e da LIBRAS, revela-nos que não estamos a pensar algo abstrato, distante da realidade, pelo contrário, nos deparamos com sujeitos – surdos, porém, usuários de uma língua, que trás em seu bojo a mais rica forma de comunicação, o corpo.

Assim, é preciso superar as barreiras de que acessibilidade resolve o problema da inclusão. É preciso o envolvimento de todos, e no que se refere ao contexto escolar, não soa boa vontade resolve a questão, é mister a participação da comunidade escolar como um todo.

Referência Bibliográfica

BRASIL. LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002 .http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm <Acesso em 03/07/2016>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa** /Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 2000.

MIRANDA, T.G; FILHO, T.A.G (Orgs). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** –Salvador: EDUFBA, 2012.

MORAN, J. M. **Novas tecnologia e mediação pedagógica.** Campina, SP: Papirus, 2000.

MOSÉ, V. **A escola e os desafios contemporâneos**. 1ª ed. –Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

QUADROS, R. M. e PERLIN, G (organizadoras). **Estudos Surdos II**. Petrópolis, RJ : Arara Azul, 2007.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 27ª Ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

TERRA, E. **Linguagem, língua e fala**. – São Paulo: Scipione, 1997.

[1] Doutoranda em Educação ULHT- Lisboa/PT, Mestre em Ciências da Educação – ULHT- Lisboa/PT. Esp. em Desenvolvimento e Políticas Educativas, Esp. Em AGP e Graduada em Psicóloga Clínica – UEPB.